

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Vitrine. Benefício que atende a famílias carentes é o principal programa social do governo Lula

Governo quer ampliar acesso ao Bolsa-Família em ano eleitoral

Além da renda familiar, novo critério incluiria as condições de moradia, como ter água potável e tratamento de esgoto

BRASÍLIA

■ Em ano eleitoral, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) estuda flexibilizar as regras de acesso ao Bolsa-Família, que hoje são exclusivamente financeiras. A ideia do ministro Patrus Ananias é que o critério de renda mensal “per capita” máxima – que hoje é de R\$ 140 – seja combinado com acesso aos serviços públicos, para definir as famílias que receberão o benefício do principal programa social do governo Lula. Segundo Patrus, além da renda familiar, seriam levados em consideração também condições de moradia, fornecimento de água potável e tratamento do esgoto.

“Trabalhamos, por exemplo, para ampliar e colocar outros critérios de pobreza. A renda é

“A renda é um dos fatores, mas é preciso considerar, por exemplo, local de moradia, acesso a bens e serviços básicos. Ver se onde mora a família tem água potável, tem esgoto, tem rua calçada”

PATRUS ANANIAS
MINISTRO

um dos fatores, mas é preciso considerar, por exemplo, local de moradia, acesso a bens e serviços básicos. Ver se onde mora a família tem água potável, tem esgoto, tem rua calçada. É trabalhar o conceito de pobreza com fatores além da renda”, disse.

Para o ministro, o programa não foi criado exclusivamente para atendimento de famílias indigentes, mas também como complemento de renda para trabalhadores que recebem bai-

xos salários. Na avaliação do ministro, é preciso levar em conta, no aperfeiçoamento do Bolsa-Família, a mudança do perfil de renda das famílias:

“Estamos sempre discutindo as possibilidades de aperfeiçoar o programa. Nós temos hoje uma referência na renda. É claro que a gente se preocupa, por exemplo: o limite do Bolsa-Família é R\$ 140. E se a pessoa passa a ganhar R\$ 150? Perde?”, argumentou o ministro.

CAPACITAÇÃO

Nesta discussão entra também a ampliação dos projetos de capacitação profissional vinculados ao Bolsa-Família. Patrus afirmou que a emancipação das famílias é hoje uma prioridade do governo, mas reconhece que há dificuldades de pleno emprego, além de restrições pela situação dos beneficiários do Bolsa-Família – muitos são analfabetos, não trabalham há muito tempo e não têm um vida familiar estável. (Agência Globo)



ARGUMENTO. Para Ananias, o programa não foi criado exclusivamente para atender a famílias indigentes

Beneficiários no foco do PAC

■ Para aumentar a oferta de empregos aos beneficiários do Bolsa-Família, o Ministério do Desenvolvimento Social aproveitará as oportunidades surgidas com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o turismo e o desenvolvimento regional. “Damos uma ênfase muito grande à capacitação profissional. Não abrimos

mão disso. Queremos a emancipação das famílias, que as pessoas venham a ganhar seu sustento com seu próprio trabalho. Queremos que as pessoas ganhem autonomia, mas algumas precisarão de um tempo maior”, disse Ananias.

As mudanças no Bolsa-Família entram na esteira do debate da consolidação da leis so-

ciais – carro-chefe do governo Lula em 2010. Esse debate inclui o reajuste do benefício, que hoje depende de um ato do presidente. Se depender da vontade da ministra Dilma Rousseff (PT), candidata de Lula para sucedê-lo, será definida uma política semelhante à do salário mínimo para corrigir os benefícios do Bolsa-Família.